

Psicologia e política de Assistência Social: Discursos sobre a violência infantojuvenil

Psicología y Política de Asistencia Social: Discursos sobre la Violencia Infantil y Juvenil

Psychology and Social Assistance: Discourses on Child and Youth Violence

Anyelle Karine de Andrade

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil

Rafael Bianchi Silva

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

Resumo

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão narrativa que busca apresentar e discutir as práticas da Psicologia na política de Assistência Social em situações de violência infantojuvenil, tendo como fonte de informações as publicações científicas da área. A pesquisa foi realizada em três bases de dados e contou com um montante final de 23 artigos que foram lidos e analisados. O tema mostra-se relevante pois, ainda nos dias de hoje, crianças e adolescentes aparecem como as maiores vítimas de violência no Brasil e a política de Assistência Social se apresenta como um importante espaço de intervenção visando o enfrentamento de tais situações. Por meio da análise dos artigos científicos, conclui-se que as práticas descritas nas produções ora se articulam com matrizes de pensamento individualizantes e hegemônicas da Psicologia, ora produzem discursos que buscam a construção de saberes pautados na perspectiva social, territorial e no pensamento crítico.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; Violência Infantojuvenil; Revisão Narrativa.

Abstract

This paper presents qualitative research of narrative review, which seeks to present and discuss the interventions of Psychology in the Social Assistance policy in situations of child and youth violence, having as source of information the scientific publications. The research was conducted in three databases and had a final amount of 23 articles that were read and analyzed. The theme is relevant, because even today children and adolescents appear as the biggest victims of violence in Brazil and the Social Assistance presents itself as an important space for

confrontation in this situations. Through the analysis of scientific articles, it is concluded that these productions point practices that sometimes are articulate with individualizing and hegemonic thought matrices of Psychology and in another moment produce discourses that seek to build knowledge based on the social, territorial perspective and on critical thinking.

Keywords: Psychology; Social Assistance; Child and Youth Violence; Narrative Review.

Resumen

Este trabajo presenta una investigación cualitativa de revisión narrativa, que busca presentar y discutir las intervenciones de la Psicología en la política de Asistencia Social en situaciones de violencia infantil y juvenil, teniendo como fuente de información las publicaciones científicas del area. La investigación se realizó en tres bases de datos y contó con un total de 23 artículos que fueron leídos y analizados. El tema se muestra relevante, ya que aún en la actualidad los niños y adolescentes aparecen como las principales víctimas de violencia en Brasil, y la política de Asistencia Social se presenta como un importante espacio de confrontación frente a estas situaciones. A través del análisis de artículos científicos, se concluye que estas producciones apuntan prácticas descritas a veces se articulan con matrices de pensamiento individualizantes y hegemónicas de la Psicología, mientras que otras veces producen discursos que buscan la construcción de saberes basados en la perspectiva social, territorial y en el pensamiento crítico.

Palabras Clave: Psicología; Asistencia Social; Violencia Infantojuvenil; Revisión Narrativa.

Introdução

A história da infância e adolescência carrega as marcas de cada tempo, sendo permeada por estratégias de adaptação para o ensino, preparação para o trabalho e adequações para atender as regras e interesses sociais de cada contexto, visando atingir o que é considerado ideal para cada sociedade. Durante cada período histórico, a presença dos especialistas foi considerada fundamental para a compreensão e a condução dos problemas apontados às crianças e aos adolescentes ou ainda para

aprimorar o desenvolvimento e promover o bem-estar.

A infância e a adolescência começaram a ganhar maior visibilidade em nosso país a partir do século XIX, principalmente devido ao aumento vertiginoso da vivência nas ruas por parte desses grupos. A convocação de saberes e medidas higiênicas (que buscavam retirar as crianças e adolescentes das ruas e enviá-los para instituições fechadas) foram estratégias utilizadas para solucionar situações-problemas vivenciados nos centros urbanos (Cruz & Hillesheim, 2005). Abreu (2010) aponta ainda que a

necessidade de controle social também foi disseminada pela demanda de obtenção de mão de obra. Nesse contexto, ressalta-se o uso das instituições com a finalidade de educação e disciplina para o trabalho.

A partir disso, a Psicologia do século XX esteve imersa em terreno propício para a construção de discursos voltados ao ajustamento e práticas visando a adaptação das pessoas, atividades fundamentais para a formação da mão de obra e organização social. Destacam-se as atividades de normatização dos comportamentos de crianças e adolescentes em situação de abandono e de infrações à lei, produzindo inúmeros encaminhamentos para as instituições fechadas. Além disso, exerceram protagonismo as atividades psicológicas ligadas ao diagnóstico e ao tratamento, medindo capacidades intelectuais e classificando os que se desviassem da média (realizadas por meio do uso de testes e escalas) e o crivo das teorias do desenvolvimento e da avaliação psicológica (Oliveira, 2001; Pinto, 2001).

Em paralelo a essas considerações, os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, sobretudo a partir da década de 1970, mobilizaram uma série de questionamentos à chamada Psicologia Tradicional. Esse processo teve como uma proposta a “ampliação do campo da

psicologia, que estaria saindo dos espaços fechados tradicionais e buscando diferentes maneiras de atuação” (Nascimento, 2001, p. 43).

Sobre o assunto, Bock (2001) esclarece que, acompanhando as alterações da sociedade brasileira, a partir da década de 1980, houve significativas mudanças na inserção profissional dos psicólogos e ampliação da participação nos movimentos sociais. A autora ressalta que, nesse contexto, foram intensificadas as críticas de muitos psicólogos à Psicologia Tradicional, tida como uma prática elitista e com pouca reverberação no contexto social, buscando-se um exercício profissional que adotasse “práticas alternativas que garantissem a contribuição da categoria às camadas da população excluídas no atendimento psicológico por falta de recursos materiais” (p. 31). Com isso, novas formas de se fazer Psicologia começaram a ser gestadas: “se até então a atuação desta profissão nas políticas de Estado servia quase que exclusivamente para segregar os ‘desviantes’ e adaptar o pobre a sua condição de pobreza, é na passagem para os anos 1980 que se começa a pensar, ainda que timidamente, em outro papel para a Psicologia no trato com a ‘questão social’” (Oliveira & Costa, 2018, p. 36).

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram dois documentos de importância singular ao contexto da infância e da adolescência: a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. A partir de então, as crianças e os adolescentes foram reconhecidos como sujeitos de direitos, afastando-os do lugar de objeto, onde por muito tempo foram colocados. Além disso, foi introduzido o princípio da proteção integral e a ênfase no direito à convivência familiar e comunitária, buscando romper com a forte cultura de institucionalização de crianças e adolescentes em nosso país (Constituição, 1988; Lei 8.069, 1990).

Nesse contexto, conforme Ayres (2001), as práticas e saberes psicológicos ainda permaneciam comprometidas em fornecer respostas imediatas aos problemas vivenciados por crianças e adolescentes. Porém, nesse campo de debates, o ECA e a abertura do campo das políticas públicas contribuíram para transformar alguns modos de participação dos psicólogos no atendimento a infância e a juventude.

Destacamos que as políticas públicas, de modo geral, têm buscado priorizar a atenção à infância e adolescência, visando coibir e prevenir situações de opressão e violência contra esse grupo. Nesse estudo, tomamos como

foco a política de Assistência Social que, em sua construção teórica e materialização dos serviços, programas e benefícios, apresenta diversos aspectos referentes ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), publicada em 2004 e, na sequência, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se organizam em dois eixos: a proteção social básica (PSB) e a proteção social especial (PSE). A PSB versa sobre ações de prevenção de situações de violações de direitos, por meio do fortalecimento das potencialidades e dos vínculos familiares e comunitários, tendo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) a principal base. Na PSE têm-se ações junto a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social ou violações de direitos, vivências de violência, trabalho infantil, entre outros, sendo os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) uma das principais unidades executoras dos serviços (MDS, 2004).

Oliveira e Costa (2018) afirmam que a política criou e organizou serviços, programas e projetos voltados ao atendimento da infância e da adolescência e, por outro lado, contribuiu com a

expansão e diversificação das práticas da Psicologia, visto que os psicólogos passaram a integrar o rol de profissionais fundamentais nas equipes de referência, tanto na PSB (atuando principalmente nos CRAS) como na PSE (compondo as equipes dos CREAS).

Vale ressaltar que quando ocorreu a entrada formal da Psicologia no campo da Assistência Social, pouco se tinha construído teórica e tecnicamente, de modo que a execução de diretrizes e perspectivas de trabalho demandou a invenção e a ressignificação dos conhecimentos já acumulados pelo campo psicológico. Desse modo, o desenvolvimento da política de Assistência Social forneceu um novo espaço de trabalho aos psicólogos, como também trouxe inúmeros desafios, convocando para a produção de novas estratégias, intensificando as críticas aos discursos e práticas hegemônicos da Psicologia, pautados em ações individualizantes e com pouca inserção social (Cordeiro, 2018).

No Brasil, no período atual, mesmo com os avanços oportunizados pelo ECA, a infância e a adolescência aparecem como as maiores vítimas de violações de direitos. Segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (popularmente conhecida como “Disque 100”), em 2018, esse grupo

contabilizou mais de 55 por cento de todas as denúncias recebidas por essa Ouvidoria. Tem-se, apenas por esse veículo, mais de 76 mil denúncias no referido ano, o que significa uma média diária de 208 registros de violência envolvendo uma ou mais criança/adolescente (MDS, 2019).

Nesse contexto, ressaltamos o crescimento no número de CREAS em todas as regiões brasileiras ao longo dos anos, o que nos incita a pensar o direcionamento dado pela política de Assistência Social às questões de enfrentamento às violações de direitos, dentre elas as violências. Os dados mostram que passamos de 1590 CREAS distribuídos pelo país, em 2010, para 2577 CREAS em 2017. Ainda atrelado ao crescimento desses equipamentos, houve um aumento do número de trabalhadores dos CREAS: em 2010, eram 14.575 profissionais e em 2017 eram contabilizados 22.831 profissionais de todas as áreas. A Psicologia acompanhou esse crescimento, sendo que o número de psicólogos presentes nos CREAS passou de 3.723 em 2012, para 4.443 em 2017 (MDS, 2018).

Desse modo, encontramos um terreno propício para a inserção profissional junto a crianças e adolescentes e, por conseguinte, para a realização de pesquisas. Esse artigo é parte de uma pesquisa ampla

que investigou, por meio da consulta em artigos científicos, a participação da Psicologia na política de Assistência Social, considerando-a como um espaço para o trabalho com crianças e adolescentes em situações de violação de direitos devido a vivências de violência. Nesse trabalho, o foco foi dado para a análise das práticas da Psicologia em situações de violência infantojuvenil, a partir da apreciação de artigos que versam sobre o trabalho na política de Assistência Social.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na modalidade de revisão de literatura do tipo narrativa. De acordo com Vosgerau e Romanowski (2014), os estudos de revisão buscam organizar, esclarecer e resumir as principais literaturas existentes em uma área ou sobre determinado assunto. Este tipo de trabalho de pesquisa, como pontua Ribeiro (2014), constitui-se como um modo de aglutinar dados (teórico ou contextual) num formato legível, apresentando uma perspectiva mais ampla do tópico em revisão.

Para conhecer a participação dos psicólogos nos debates acadêmicos sobre a violência infantojuvenil, a presente revisão de literatura foi desenvolvida nas bases de

dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), por representarem importantes espaços de armazenamento de artigos científicos da Psicologia no Brasil. Para operacionalizar a pesquisa, foram utilizados os seguintes termos em diferentes combinações, por meio do uso do operador booleano AND: violência, criança, adolescente, psicologia, assistência social, violência infantojuvenil, violência doméstica, CREAS.

A busca ocorreu no período de abril a maio de 2020 e os critérios de inclusão dos artigos neste estudo foram: artigos publicados a partir de 2004 (ano da publicação da PNAS) a 2019; estarem disponíveis *online*, completos e gratuitos, publicados em língua portuguesa com ao menos um autor graduado em Psicologia e que abordassem a temática das práticas da Psicologia em situações de violência infantojuvenil na política de Assistência Social. Os artigos excluídos não apresentavam o critério de inclusão estabelecido e/ou apresentavam duplicidade, ou seja, eram publicações recuperadas em mais de uma das bases de dados. Também foram excluídos dissertações, teses, guias e cartilhas.

Como mencionado anteriormente, esse artigo representa parte de uma pesquisa mais ampla e buscou se ater ao mapeamento e debate sobre o que tem sido produzido e publicado cientificamente acerca das intervenções da Psicologia na política de Assistência Social em situações de violência infantojuvenil.

Para responder esse questionamento, a partir do levantamento realizado nas três bases de dados, foram encontrados, lidos e analisados um total de 23 artigos. Os eixos de análise foram definidos *a posteriori* a partir da leitura do material.

Resultados e discussões

A partir da leitura dos materiais encontrados no levantamento realizado, os artigos que atenderam aos critérios descritos na metodologia foram agrupados em dois eixos temáticos: 1) Considerações sobre as práticas tradicionais da Psicologia no âmbito do SUAS; 2) Considerações sobre as práticas emergentes em Psicologia na política de Assistência Social.

Com relação ao primeiro eixo temático, pontuamos que muitos artigos discorreram sobre o atendimento psicológico à criança e ao adolescente em situação de violência nos serviços ligados à

Assistência Social. Silva e Cezar (2013) indicam que o atendimento psicológico foi descrito como compondo a atenção psicossocial, representando uma das modalidades de atendimento prioritária na política de Assistência Social. Faraj e Siqueira (2012, p. 76) apontam que as vítimas de violência são encaminhadas para atendimento psicológico individual e/ou em grupo no CREAS “para elaborar a situação da violência”, de modo que o psicólogo funciona como apoio emocional para minimizar os danos causados pela violência, trabalhar com o sentimento de culpa e prevenir novas violações. Na pesquisa de Faraj, Siqueira e Arpini (2016), realizada com operadores do direito e conselheiros tutelares, foi observado que esses profissionais se referiam ao CREAS principalmente como um espaço para atendimento psicológico, uma vez que haveria a “necessidade da oferta de um atendimento psicológico imediato à criança e ao adolescente em situação de violência” (p. 762). Haveria, então, uma expectativa quanto ao atendimento psicológico e um grande valor dado a essa modalidade de atendimento no âmbito do SUAS e, nesse sentido, atribui-se importância ao trabalho do psicólogo com as crianças e adolescentes que sofreram violências, uma vez que

haveria recursos internos a serem explorados.

O papel do psicólogo como profissional capaz de fomentar um espaço de confiança e promoção da elaboração das vivências traumáticas de cunho familiar é um dos temas discutidos por Cantelmo, Cavalcante e Costa (2011). Nota-se, assim, uma preocupação com o sofrimento emocional gerado pela violência infantojuvenil, associando ao papel do psicólogo a possibilidade de contribuir na elaboração da situação vivenciada.

Sobre o papel da Psicologia nesse contexto de trabalho, Branco e Tomanik (2012) discutem as representações sociais acerca dos psicólogos no âmbito do SUAS. Concluíram que a Psicologia é vista como a profissão com capacidade de realizar intervenções na subjetividade das vítimas de violência doméstica, podendo minimizar as consequências geradas pelas situações de violência. Por esse motivo, “as representações sociais apreendidas apontam para a compreensão da violência doméstica contra crianças e adolescentes como fenômeno cujo enfrentamento é caracterizado como próprio da Psicologia, enquanto ciência aplicada” (p. 406).

A exigência pelo atendimento clínico no SUAS pode ser explicada pelo desconhecimento das funções da

Psicologia, o que acaba demandando ao psicólogo intervenções de outras políticas. Silva e Cezar (2013), por exemplo, destacam a pertinência de se discutir essa questão, pois “os atendimentos realizados no CREAS devem ter efeitos terapêuticos, mas, difere-se da psicoterapia devido ao planejamento de intervenções e objetivos” (p. 94). Por esse motivo, os psicólogos precisariam esclarecer suas funções para a equipe, para a rede de atendimento e para os usuários dos serviços.

Em diversos artigos analisados marcou-se a ênfase na escuta psicológica no trabalho com situações de violência infantojuvenil. Vorsatz e Silva (2017) discutem as dificuldades na escuta e acompanhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes por psicanalistas inseridos no campo da Assistência Social. Há também a defesa de que é possível minimizar os efeitos da violência “resgatando, através da escuta dos sujeitos nela envolvidos, a circulação da palavra e os lugares simbólicos, promovendo a ressignificação da situação de violência e possibilitando que os laços afetivos e sociais, esgarçados pela própria situação de violência, possam ser retecidos” (p. 685). Para Campos (2016), a escuta psicológica requer a disponibilidade do psicólogo em considerar as manifestações

da criança/adolescente, buscando fomentar sua expressão e valorizar a sua própria experiência, devendo ir além dos fins terapêuticos, visto que pode “proporcionar ao outro e mais especificamente à criança vítima de qualquer tipo de violência o resgate da sua capacidade de crescimento pessoal e da sua auto-realização” (p. 45).

Localizamos ainda artigos discutindo a função do psicólogo como avaliador das questões emocionais, contribuindo na avaliação da gravidade das violências e dos danos causados, especialmente nas situações de abuso sexual. Segundo Florentino (2014, p. 64), “uma das principais atribuições do psicólogo do CREAS, ao iniciar o atendimento ou acompanhamento junto às vítimas, consiste em estar habilitado a identificar quais são os danos emocionais (já instalados) e a gravidade dos mesmos”. Porém, essa avaliação não poderia ficar apenas no nível individual, sendo necessário considerar aspectos mais amplos do contexto familiar e comunitário que permeiam a realidade da criança e do adolescente.

Nessa direção, Vorsatz e Silva (2017) identificaram que, no campo da Assistência Social, os profissionais da Psicologia são vistos como especialistas, por isso, “são solicitados a realizar uma

avaliação de caráter técnico diante de situações em que há uma suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo que esta solicitação parte, em sua maioria, de instituições e órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos” (p. 681).

Essa afirmação foi encontrada em muitas narrativas descritas nos artigos analisados, as quais apontaram para a importância do psicólogo nos serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, considerado como especialista no campo da avaliação e por ser tido como referência no trabalho com os recursos internos e superação das situações abusivas. Entendemos que essa pode ser uma das razões que justificam a manutenção do atendimento psicoterapêutico nas unidades do SUAS, posição que pode ser adotada pelas famílias acompanhadas nos serviços, pelos membros da equipe e pelos próprios psicólogos.

Assim, mesmo que não se apresente como orientação nos documentos da política de Assistência Social, as pesquisas apresentadas nos artigos mostram que o atendimento psicológico (na modalidade individual e terapêutica) segue como uma importante atividade executada no SUAS, expressando o lugar já consagrado da Psicologia, como uma profissão que oferta

a reparação de danos psíquicos causados por eventos traumáticos. Ressaltamos que não queremos diminuir a importância das chamadas abordagens e teorias tradicionais da Psicologia, mas problematizamos a transposição de algumas práticas ao SUAS, visto que os documentos da política apontam que as práticas psicoterapêuticas não são previstas dentre os objetivos e ações propostos pela política de Assistência Social (MDS, 2009).

Sendo assim, é importante discorrer sobre outras práticas psicológicas expressas nos artigos analisados que demarcam importantes mudanças nas produções discursivas da Psicologia. Para tanto, foram observadas problematizações de papéis e metodologias tradicionais da profissão (como intervenções psicoterapêuticas, a avaliação clínica, a produção de laudos, entre outras atividades) que embora sejam reconhecidos em sua importância, são apontados como competências de outras políticas e serviços, não sendo previstos para serem executados por psicólogos do SUAS (Florentino, 2014; Yamada, Garcia & Uziel, 2015; Campos, 2016; Vorsatz & Silva, 2017; Lima & Schneider, 2018).

Verificamos que a participação dos psicólogos nos serviços pautados nas diretrizes do ECA e do SUAS, em especial na política de Assistência Social,

forneceram contextos para que elementos e conceitos não presentes na Psicologia Tradicional fossem narrados nas produções científicas da Psicologia. Assim, a análise dos artigos dessa pesquisa apresentou estudos que discutem a importância de práticas contextualizados com a realidade das famílias atendidas e mais integradas e compartilhadas com outros saberes.

Nessa direção, entramos na discussão do segundo eixo temático, que engloba as produções que enfatizaram que dada a complexidade das situações atendidas no SUAS, elementos como a interdisciplinaridade, a rede socioassistencial e a intersetorialidade se mostram fundamentais, corroborando com a indicação de que saberes isolados não conseguem dar conta da complexidade que envolve as questões de violência. Observa-se a defesa de que apenas a ação integrada por parte dos serviços permite intervenções propositivas e exitosas diante de fenômenos complexos, atendendo tanto aos direitos das crianças e adolescentes, como aos de suas famílias (Rossetti-Ferreira et al., 2012; Florentino, 2014; Ribeiro, Paiva, Seixas & Oliveira, 2014).

Exemplo disso pode ser visto no artigo de Faraj, Siqueira e Arpini (2016) o qual aponta que o trabalho em rede é o mais indicado nos casos de violência,

objetivando “amenizar os danos causados pela violência, a interrupção do ciclo da violência e a oportunidade de reconstrução dos vínculos afetivos do sujeito” (p. 77). No trabalho de Alberto et al. (2008) assevera-se que as ações em rede facilitam a viabilização dos direitos das crianças e dos adolescentes e são estratégias para enfrentar os problemas de infraestrutura. Por sua vez, Benelli (2013) ressalta que para a execução de práticas transformadoras, faz-se necessário estratégias intersetoriais, ou seja, que envolvam outras políticas públicas, como a habitação, saúde, educação, trabalho, segurança, lazer e cultura.

Para que os atendimentos sejam interdisciplinares e contínuos, outro elemento que teve destaque nos artigos foi a participação da Psicologia nos planos de acompanhamento familiar. De modo geral, tais planos devem ser desenvolvidos em equipe, buscando o atendimento das necessidades de cada família, podendo incluir modalidades de atendimentos individuais, familiares e em grupos, visitas domiciliares e outros (Neves, Castro, Hayeck & Cury, 2010; Almeida & Goto, 2011; Faraj & Siqueira, 2012; Freire & Alberto, 2013; Silva & Cezar, 2013).

Nesse eixo, observamos também que o trabalho da Psicologia no SUAS passou a apresentar novas modalidades de

intervenção, convocando-nos a pensar sobre o processo implicado e criativo da profissão. Notamos, por exemplo, a emergência de discussões acerca do atendimento psicossocial. Entre os artigos localizados em nossa pesquisa que trataram o assunto, Hohendorff, Habigzang e Koller (2015) apontam que o psicólogo deve oferecer atendimento na modalidade psicossocial “às vítimas e suas famílias estando, assim, em consonância com as diretrizes do SUAS” (p. 188). Tal atendimento seria diferente da psicoterapia, tanto pelo modo de operar como pelos objetivos a que se propõe. Lima e Schneider (2018) acrescentam que o atendimento psicossocial “representa muito mais do que uma questão metodológica, de atendimento em dupla por parte dos assistentes sociais e psicólogos” (p. 357), tendo como base a consideração mais complexa da realidade, contextualizando os processos de vulnerabilidade e violação de direitos, buscando identificar “as determinantes destes processos e auxiliar na mudança destas condições” (p. 352), o que faz com que o trabalho psicossocial se faça em rede intersetorial, visando a complementariedade e parcerias entre as diferentes políticas públicas.

O trabalho social com famílias, instrumento do SUAS, é também discutido

como uma ferramenta para a prática da Psicologia, produzindo novas narrativas no campo psicológico. O artigo de Lima e Schneider (2018) aponta que “o desenvolvimento do trabalho social com famílias e indivíduos deve se constituir como norteador do trabalho das equipes do CREAS” (p. 351). Sobre o assunto, Campos (2016) expõe que o trabalho com famílias no SUAS requer a participação ativa dos envolvidos, de modo que os técnicos de referências e os familiares pensam e constroem conjuntamente as estratégias para enfrentar as violações de direitos a que se encontram submetidos.

Ainda nesse eixo, foram localizados artigos que produzem reflexões sobre a participação do psicólogo em atividades coletivas e de prevenção da violência infantojuvenil, de modo que alguns artigos selecionados apontaram que as intervenções do psicólogo no campo da violação de direitos não se limitariam ao atendimento individual. O trabalho de Macedo, Pessoa e Alberto (2015) indica o envolvimento de psicólogos em “palestras e conversas em escolas, com os pais, sobre temáticas que envolvem violações” (p. 924). Warpechowski e Conti (2018) apontam as rodas de conversas no CREAS como uma possibilidade de ação coletiva, de dar voz, de compartilhar histórias,

desejos e projetos. Já em Borges e Zingler (2013, p. 460), o trabalho em grupo funcionando como “rede de apoio social”, tendo um papel protetivo após as situações de violência.

Acrescentamos que, em contraposição às intervenções a partir de situações estabelecidas, a prevenção da violência infantojuvenil também passa a ganhar espaço e preocupação no discurso produzido pelos pesquisadores em seus artigos. Com apoio do SUAS, vemos a ampliação de serviços de prevenção das violências, fornecendo um contexto para novas narrativas psicológicas. Isso porque as teorias e práticas tradicionais localizavam o psicólogo prioritariamente como remediador, favorecendo a adaptação e o tratamento, tendo por foco quase que exclusivo a vítima.

O artigo de Yamada, Garcia e Uziel (2015) assinala a importância da participação dos psicólogos em propostas que pensem “direitos de cidadania e desenvolvimento no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, expandindo também o debate para a afirmação e garantia de direitos” (p. 186). Pinto Junior, Cassepp-Borges e Santos (2015) discutem a necessidade de intervenções no nível primário, secundário e terciário, que permitam o trabalho de promoção e

conscientização popular e o trabalho com grupos mais vulneráveis, visando a prevenção de agravos e de reincidência da violência.

Nessa direção, destaca-se a presença de defesas de que a atuação junto à infância e adolescência nos equipamentos do SUAS requer ir além de indicar diagnósticos, prognósticos, apontar causas e consequência, mas exige compreender o processo histórico de violações de direitos que crianças e adolescentes foram submetidos ao longo da história. O mesmo tema é discutido por Macedo, Pessoa e Alberto (2015) que defendem que as “ações devem ser pautadas nas necessidades e experiências dos usuários, não no sentido de se proceder classificações, mas, sim, de compreender o processo histórico em que as crianças, adolescentes e as famílias destes se constituem” (p. 924). O artigo de Macêdo e Alberto (2018) aponta ainda que o(a) psicólogo(a) no SUAS, precisa olhar para as “necessidades das crianças e dos adolescentes, assim como da família, por meio de uma análise contextualizada no território” (p. 92).

A análise dos materiais provoca a reflexão de que o SUAS, a partir da crítica endereçada às práticas clínicas, contribuiu para a maior visibilidade de discursos psicológicos que traziam a crítica às

intervenções descontextualizadas e sem compromisso com a realidade social. Tal denúncia ao fazer da Psicologia se fazia presente desde as décadas de 1970 e 1980, sendo fundamentais para a composição e descobrimento de outras práticas que, no contexto do trabalho na Assistência Social, ganham maior visibilidade, saindo do campo de saberes periféricos e de menor valor.

Também é possível notar o fortalecimento de Psicologias mais permeáveis e comprometidas com o contexto social das crianças, adolescentes e suas famílias, promovendo a defesa de direitos. Em face disso, os artigos exploram outras modalidades de intervenção alinhadas com as necessidades desses os novos espaços de atuação como, por exemplo, a noção de atendimento psicossocial, o trabalho social com famílias, as estratégias coletivas, o trabalho de prevenção de violências e a necessidade de inserção nos territórios em diálogo com as comunidades e públicos atendidos.

Considerações finais

As discussões realizadas nesse artigo apontam que a Psicologia ora se articula com matrizes de pensamentos individualizantes e normativas, ora produz

discursos que se mostram como resistência ao conhecimento hegemônico, buscando a construção de saberes pautada na perspectiva social, territorial e no pensamento crítico. Concordamos com a afirmação de Nery (2018) ao apontar que “os projetos profissionais da Psicologia presentes hoje no SUAS não representam uma unidade, ao contrário, são a ressonância de vários saberes e escolhas teóricas, desdobradas em práticas distintas” (p. 107).

Acrescentamos que o SUAS contribuiu para o fortalecimento de Psicologias mais comprometidas com a defesa de direitos e com uma visão que inclui a dimensão social como produtora de subjetividade. É nesse sentido que ganha destaque a participação dos psicólogos em práticas voltadas para intervenções coletivas que intensifiquem o potencial de transformação social, o trabalho no território, e atividades que busquem o desenvolvimento de processos reflexivos e dialógicos com as famílias diante de situações violadoras de direitos.

A partir disso, entendemos que as discussões realizadas podem colaborar com a análise das estruturas sociais e históricas que seguem violentando crianças e adolescentes, incluída a implicação da Psicologia nesse processo. Mostra-se

urgente uma formação que possa vislumbrar diferentes campos de atuação para além daqueles que compõem o núcleo tradicional da Psicologia (clínica, trabalho e educação), fornecendo maior fundamentação teórica e metodológica para compreensão das configurações sociais e históricas que produziram as múltiplas formas de ser criança e adolescente no contexto brasileiro.

Por fim, ainda que consideremos que os estudos de revisão sejam necessários e importantes para sintetizar e avaliar as potencialidades e fragilidades do campo profissional, ressaltamos que as considerações aqui realizadas partem de uma amostra das publicações dos psicólogos, não abrangendo a totalidade do que foi produzido na seara da violência infantojuvenil na política de Assistência Social. Por esse motivo, as análises realizadas também se encontram limitadas as fontes observadas e ao período delimitado. Assim, espera-se que novos estudos acerca desta temática sejam realizados visando ampliar, atualizar e aprimorar as pesquisas e intervenções, bem como incentivar a publicação/divulgação das práticas profissionais implementadas nos diferentes contextos de trabalho.

Referências

- Alberto, M. F. P., Almeida, D. R., Dória, L. C., Guedes, P. C., Sousa, T. R., & França, W. L. P. (2008). O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(3), 558-573. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000300010>
- Almeida, B. P., & Goto, T. A. (2011). Intervenção e cuidado com crianças e adolescentes vitimizadas: atuação do psicólogo no Programa Sentinela (CREAS) em Poços de Caldas (MG). *Mudanças*, 19(1/2), 89-98. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v19n1-2p89-98>
- Ayres, L. S. M. (2001). Os especialistas e a instituição adoção no contexto das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (Cap. 19, pp. 249-253). Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.
- Benelli, S. J. (2013). Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12(2), 1-30. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1984-90442013000200001&script=sci_abstract&tlng=pt
- Bock, A. M. B. (2001). História da organização dos psicólogos e a concepção do fenômeno psicológico. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (Cap. 02, pp. 25-33). Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.
- Borges, J. L., & Zingler, V. T. (2013). Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 453-463. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000300007>
- Branco, M. A. O., & Tomanik, E. A. (2012). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 402-411. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200018>
- Campos, J. (2016). Criança vítima de violência sexual: recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa. *Psicólogo informação*, 20(1), 25-47. <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v20n20p25-47>
- Cantelmo, C. A., Cavalcante, T. P., & Costa, L. F. (2011). A menina mãe: incesto e maternidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 137-154. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100010>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília: Senado.
- Cordeiro, M. P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 63-80). Instituto de Psicologia.

- Faraj, S. P., & Siqueira, A. C. (2012). O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS. *Barbarói*, 2(37), 67-87. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-56039>
- Faraj, S. P., Siqueira, A. C., & Arpini, D. M. (2016). O atendimento psicológico no Centro de Referência Especializado da Assistência Social e a visão de operadores do direito e conselheiros tutelares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(4), 757-766. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400018>
- Florentino, B. R. B. (2014). Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(1), 59-70. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922014000100006>
- Freire, M. L., & Alberto, M. F. P. (2013). Centro de Referência Especializada de Assistência Social: suporte organizacional para atuação do psicólogo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 167-182. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-37172013000200003&lng=pt&nrm=iso
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2015). Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000202014>
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
- Lima, F. C., & Schneider, D. R. (2018). Características da Atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 347-362. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402017>
- Macedo, O. J., Pessoa, M. C. B., & Alberto, M. F. P. (2015). Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 916-931. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000922014>
- Macedo, O. J. V., & Alberto, M. F. P. (2018). Psicologia e direitos das crianças e dos adolescentes na assistência social. *Subjetividades*, 18(3), 90-103. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.RS.V18I3.6362>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2004). Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2009). Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência

- Social. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2018). Censo SUAS 2017: Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202017.pdf>
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2019). Disque Direitos Humanos: Relatório 2018. Brasília, DF. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100/balanco-2018-1>
- Nascimento, M. L. (2001). História do trabalho comunitário em Psicologia. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 25-33). Relume Dumará: FAPERJ.
- Nery, V. (2018). A Psicologia no SUAS: interdisciplinaridade nos cotidianos de trabalho. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 96-113). Instituto de Psicologia. <https://doi.org/10.11606/9788586736803>
- Neves, A. S., Castro, G. B., Hayeck, C. M., & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*, 18(1), 99-111. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2010000100009&lng=pt&nrm=i.
- Oliveira, L. A. (2001). O Laboratório de Biologia Infantil: discurso científico e assistência no Juízo de Menores. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. C., & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 41-48). Relume Dumará: FAPERJ.
- Oliveira, I. F., & Costa, A. L. (2018). Psicologia e política social: história e debate. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (Cap. 06, pp. 32-44). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Pinto, K. P. (2001). “A criança é o homem de amanhã”: sobre a psicologia e a educação no primeiro governo Vargas. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché ontem: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 217-223). Relume Dumará: FAPERJ.
- Pinto Junior, A. A., Cassepp-Borges, V., & Santos, J. G. (2015). Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, 23(2), 124-131. <https://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>
- Ribeiro, J. L. P. (2014). Revisão de Investigação e Evidência Científica. *Psicologia Saúde & Doenças*, 15(3), 671-682. <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150309>

- Ribeiro, A. B., Paiva, I. L., Seixas, P. S., & Oliveira, I. M. F. F. (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 461-478. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/421>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>
- Silva, R. B., & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 99-109. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2013v4n1p80>
- Vorsatz, I. & Silva, M. E. A. (2017). A demanda de reparação: a vítima como figura emblemática na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 674-692. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000200014&lng=pt&tlng=pt
- Vosgerau, D. S. A. R., & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ., Curitiba*, 14(41), 165-189. Recuperado de <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?scr>
[ipt=sci_arttext&pid=S1981-416x2014000100009](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2014000100009)
- Warpechowski, M. B., & Conti, L. (2018). Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. *Estilos da Clínica*, 23(2), 322-343. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i2p322-343>
- Yamada, L. T., Garcia, J., & Uziel, A. P. (2015). Violência sexual contra crianças e adolescentes: a psicologia e o estado penal. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 177-188. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/source/pt/lil-786219>
-
- Anielle Karine de Andrade.** Doutoranda na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-9998-9319>
E-mail: anyelleandrade@hotmail.com
-
- Rafael Bianchi Silva.** Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1170-7920>
E-mail: rafael.bianchi@uel.br
-
- Submetido em:** 26/09/2022
1ª Rodada: 02/06/2023
2ª Rodada: 28/07/2023
Aceito em: 05/08/2023
-
- Contribuição dos(as) autores(as)**
- Conceitualização: A.K.A.; R.B.S.

Redação do manuscrito: A.K.A.; R.B.S.

Análise dos dados: A.K.A.; R.B.S.

Revisão e edição: A.K.A.; R.B.S.